

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

**A IMPORTÂNCIA DO PNAE PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR
E NUTRICIONAL (SAN) DOS ESTUDANTES DA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO DA CIDADE DE TAUBATÉ/SP,
DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19**

Taubaté - SP

2023

CAROLINE OLIVEIRA DE BRITO

**A IMPORTÂNCIA DO PNAE PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR
E NUTRICIONAL (SAN) DOS ESTUDANTES DA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO DA CIDADE DE TAUBATÉ/SP,
DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19**

Trabalho de Graduação apresentado para obtenção do certificado de Graduação pelo curso de Nutrição, do Departamento de Enfermagem e Nutrição da Universidade de Taubaté.

Orientadora: Profa. Ma. Michele Gilaberte Ribeiro

Taubaté - SP

2023

Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi/UNITAU
Biblioteca Setorial de Biociências

B862i Brito, Caroline Oliveira de
A importância do PNAE para a segurança alimentar e nutricional (SAN) dos estudantes da rede municipal de ensino da cidade de Taubaté/SP, durante a pandemia da COVID-19 / Caroline Oliveira de Brito. -- 2023.
34 f. : il.

Monografia (graduação) – Universidade de Taubaté, Departamento de Nutrição, 2023.

Orientação: Profa. Ma. Michele Gilaberte Ribeiro, Departamento de Nutrição.

Coorientação: Profa. Esp. Ariane Nunes Novais Calisto, Departamento de Nutrição.

1. COVID-19. 2. PNAE. 3. Segurança Alimentar e Nutricional. I. Universidade de Taubaté. Departamento de Enfermagem e Nutrição. Curso de Nutrição. II. Título.

CDD- 613.2

CAROLINE OLIVEIRA DE BRITO

**A IMPORTÂNCIA DO PNAE PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR
E NUTRICIONAL (SAN) DOS ESTUDANTES DA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO DA CIDADE DE TAUBATÉ/SP,
DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19**

Data: 29/11/2023

Resultado: Aprovada

BANCA EXAMINADORA

Professora PhD Jaqueline Girnos Sonati

Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Jaqueline Girnos

Professora Dr^a.: Fabíola Figueiredo Nejar.

Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Fabíola Figueiredo Nejar

Professora Ms. Michele Gilaberte Ribeiro

Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Michele Gilaberte Ribeiro

AGRADECIMENTOS

Eu, Caroline Oliveira de Brito, agradeço a Deus por me dar capacidade, discernimento e habilidade para fazer o meu trabalho de graduação e também força para concluir a minha graduação em Nutrição que tanto almejei.

Agradeço imensamente meus pais, Simoni de Resende O. de Brito e Angelo Roberto M. de Brito, pela minha criação, apoio e amor proporcionados desde que nasci, sempre dedicando a mim e a minha irmã o melhor possível, nos dando o necessário para podermos ser uma melhor versão de nós. À minha irmã, Priscila, por ser minha parceira de vida, me dando sempre todo suporte e acolhimento necessário para eu poder ser plenamente quem sou obrigada por todos os momentos que estive ao meu lado, você me faz acreditar que tudo passa, até os momentos ruins e que mesmo eles existindo, você estará lá. Agradeço as minhas cachorras, Elizabeth e Nala, por estarem sempre me mostrando a importância do amor nos pequenos gestos da rotina, que muitas vezes o estresse me fez esquecer. Agradeço também meus familiares, minha avó, meus tios e primos por sempre comemorarem cada pequena conquista ao meu lado, sempre acreditando na minha capacidade de poder ser uma ótima profissional. Vocês foram indispensáveis na minha vida acadêmica e fora dela.

Agradeço a minha inspiradora orientadora Professora Mestre Michele Gilaberte Ribeiro, por todo apoio e enriquecimento, tanto profissional como pessoal, obrigada por acreditar em mim e me ajudar a ser capaz de desenvolver este trabalho. Obrigada todos os docentes que fizeram parte da minha vida acadêmica na Universidade de Taubaté, me tornando uma futura nutricionista que me orgulharei em ser. Obrigada especialmente à docente Ariane Novais, gratidão pelo suporte como professora, pelas aulas e por acreditar na minha capacidade de fazer o trabalho de graduação acontecer. Agradeço também as professoras que participaram da Banca de Defesa, Professora Doutora Fabíola Figueiredo Nejar Defesa e Professora Dra Jaqueline Girnos Sonati pela solicitude e aprendizado compartilhado comigo e com os demais alunos.

Agradeço aos meus amigos, Bruna, Amanda, Rafael e Bianca por estarem do meu lado, me ajudando a lidar com os meus momentos ruins e a seguir em frente. Vocês me inspiram e me fazem acreditar em mim mesma, amo vocês. Agradeço também aos meus amigos do estágio, Ana Paula, Davi, Gabrielle,

Marcus, Monica e Natália, que pude conviver mais no último ano da faculdade. Aprender como ser profissional da nutrição na forma prática ao lado de vocês foi indispensável. Todas as nossas diferenças me fizeram ser uma pessoa mais feliz no estágio. Sentirei falta dos nossos encontros matinais e de descobrir coisas novas com vocês.

“A fome é a expressão biológica de males
sociológicos.”
Josué de
Castro

RESUMO

Introdução: Segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) de número 11.346 de 15 de setembro de 2006, Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) consiste no direito a alimentação de qualidade promovendo a saúde e atendendo em quantidade suficiente sem alterar acesso a outras necessidades, respeitando a cultura e a sustentabilidade. No Brasil, no ano de 2020, a pandemia do coronavírus (COVID-19), colocou em risco a SAN de muitas famílias, uma vez que o país já se encontrava em uma crise socioeconômica e dentre os cuidados necessários para conter o avanço da doença, o isolamento social agravou situação de vulnerabilidade social, principalmente de trabalhadores informais. Durante o período emergencial o distanciamento social se fez necessário e as escolas, tanto públicas quanto privadas tiveram que cessar as atividades presenciais para dar início às aulas remotas. Devido as atividades estarem sendo feitas a domicílio o acesso a alimentação que antes era garantida pelas refeições escolares foi interrompido e gerou a necessidade de adaptações dentro do PNAE para continuar fornecendo a alimentação escolar e não agravar a insegurança alimentar (IA) dos estudantes. **Objetivo:** Este trabalho tem por objetivo investigar o papel do PNAE na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos estudantes da rede municipal de ensino na cidade de Taubaté/SP durante a pandemia da COVID-19. **Métodos:** Trata-se de um estudo observacional analítico transversal, com aplicação de questionário semiestruturado elaborado pela pesquisadora para levantamento de informações sobre as estratégias e o desenvolvimento do programa durante a pandemia da COVID-19. **Resultados:** De acordo com o questionário respondido pelo setor de alimentação da Secretaria da Educação do município de Taubaté/SP, duas formas de estratégias foram utilizadas para garantir a SAN dos estudantes da rede municipal de ensino durante a pandemia da COVID-19, alimentação por kits e marmitas prontas para o consumo. **Conclusão:** Como resultado obtido leva-se a acreditar que o PNAE foi um instrumento importante para garantir a segurança alimentar e nutricional durante o período de *lockdown*.

Palavras-chave: COVID-19. PNAE. Segurança Alimentar e Nutricional.

ABSTRACT

Introduction: According to the Organic Law on Food and Nutritional Security (LOSAN) number 11,346 of September 15, 2006, Food and Nutritional Security (SAN) consists of the right to quality food promoting health and serving in sufficient quantity without altering access to other needs, respecting culture and sustainability. In Brazil, in 2020, the coronavirus pandemic (COVID-19) put the FNS of many families at risk, as the country was already in a socioeconomic crisis and among the necessary precautions to contain the spread of the disease, social isolation has worsened the situation of social vulnerability, especially among informal workers. During the emergency period, social distancing became necessary and schools, both public and private, had to cease face-to-face activities to start remote classes. Due to the activities being carried out at home, access to food that was previously guaranteed by school meals was interrupted and generated the need for adaptations within the PNAE to continue providing school meals and not worsen food insecurity (FI) among students. **Objective:** This work aims to investigate the role of the PNAE in the Food and Nutritional Security (FNS) of students in the municipal education network in the city of Taubaté/SP during the COVID-19 pandemic. **Methods:** This is a cross-sectional analytical observational study, using a semi-structured questionnaire prepared by the researcher to gather information about the strategies and development of the program during the COVID-19 pandemic. **Results:** According to the questionnaire answered by nutritionists from the food sector of the Department of Education of the city of Taubaté/SP, two forms of strategies were used to guarantee the Food and Nutrition Security of students in the municipal education network during the COVID-19 pandemic, food through kits and ready-to-eat lunch boxes. **Conclusion:** The result obtained leads us to believe that the PNAE was an important instrument to guarantee food and nutritional security during the lockdown period.

Keywords: COVID-19. PNAE. Food and nutrition security.

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CAE – Conselho de Alimentação Escolar
CNA – Conselho Nacional de Alimentação
CNME – Campanha Nacional de Merenda Escolar
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COVID -19 – Coronavírus
EBIA – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
EJA – Ensino de Jovens e Adultos
ESPIN – Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional
ESPIL – Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IA – Insegurança Alimentar
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
II VIGISAN – II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da
Pandemia da Covid-19 no Brasil
INAN – Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
PENSSAN – Rede Brasileira de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAN – Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PNI – Programa Nacional de Imunização
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

<u>1. INTRODUÇÃO.....</u>	<u>11</u>
2. OBJETIVOS.....	17
2.1. Objetivo geral	17
2.2 Objetivos específicos	17
<u>3. REVISÃO DA LITERATURA.....</u>	<u>14</u>
3.1 Insegurança alimentar e nutricional - (IN) SAN.....	17
3.2 Pandemia de Covid-19	20
3.3 Programa nacional de alimentação escolar (PNAE)	21
3.4 O PNAE no município de Taubaté.....	23
4. MATERIAIS E MÉTODOS	24
4.1. Tipo do estudo.....	24
4.2. Local da pesquisa	24
4.3. População da pesquisa.....	24
4.3.1. Critério de inclusão	24
4.4. Desenvolvimento do estudo	25
4.4.1. Instrumento de coleta de dados	25
4.5. Análise estatística	25
4.6. Aspectos éticos	25
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
6. CONCLUSÃO	31
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32

1. INTRODUÇÃO

No Brasil o Estado passou a assumir de forma gradual a responsabilidade com a alimentação escolar a partir do momento que a escolarização passou a ser obrigatória., no município do Rio de Janeiro isso ocorreu em 1938 e no estado de São Paulo em 1945. O Departamento Nacional da Criança, Instituto de Nutrição e o Conselho Nacional de Alimentação (CNA) foram uma das primeiras iniciativas do Governo voltada para políticas alimentares e em 1953 o CNA trouxe o I Plano Nacional de Alimentação que tinha por objetivo combater a desnutrição infantil por meio de programas assistenciais. Em 1955, no dia 31 de março, Juscelino Kubitschek de Oliveira assinou o decreto de nº37.106 para tornar uma política, antes assistencialista, em educativa, criando assim a Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME). CNME era conhecida como a principal política de alimentação da época. Já em 1972 os programas começaram a ser centralizados e foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), programa vinculado ao Ministério da Saúde. Em 1973 o nutrólogo Adolfo Coltro concluiu que as questões alimentares eram essencialmente ligadas ao meio socioeconômico trazendo um novo olhar para alimentação no Brasil. Entre 1972 e 1974 surgiu o I Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) que teve como base as diretrizes do INAN de utilizar alimentos tradicionais. No ano de 1979 foi criado, o então conhecido, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a merenda passou a ser denominada de alimentação escolar¹.

A alimentação escolar em Taubaté conta com o auxílio do Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE), que é de suma importância para garantia de alimentação adequada e de qualidade para os estudantes das escolas municipais. O CAE é composto por membros e tem como pré-requisito ter disponibilidade de tempo para participar das atividades de forma voluntária e interesse pela alimentação escolar. De acordo com a legislação vigente para ser parte do conselho, os participantes são indicados pelo poder executivo e pela assembleia e tem o objetivo de ser vigilante em relação aos recursos federais designados para a compra de gêneros alimentícios e da administração destes,

incluindo a qualidade dos alimentos comprados, seu modo de preparo, a aceitação pelos escolares e a sua distribuição².

A cidade de Taubaté, localizada no Vale do Paraíba/SP, apresentava no último Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2010), uma população de 278.686 habitantes e densidade demográfica de 445,98 hab/km², segundo as estimativas mais recentes do mesmo órgão, a cidade em 2021 já apresentava uma população de 320.820 habitantes, sendo em sua maioria constituída por jovens e adultos até 60 anos. No ano de 2020 o salário mensal médio era de 2,8 salários-mínimos e 27% (85.919 indivíduos) da população era composta de pessoas ocupadas. Tendo em consideração os domicílios com moradores que recebem até meio salário-mínimo a porcentagem era de 32,9% da população. Os números para escolarização apresentam, de acordo com o último censo, que 98,1% da população entre os 6 e 14 anos de idade, estava escolarizada. A economia da cidade tem PIB per capita de R\$46.886,82 ocupando 645º lugar no estado de SP e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 0,8³.

Em 31 de dezembro de 2019 os primeiros casos da covid-19 foram registrados na China, tendo como agente viral o SARS-Cov-2. A doença chegou posteriormente no Brasil em fevereiro do ano seguinte. Pela experiência da China com a doença foi-se observado que tratamentos farmacêuticos convencionais não eram viáveis para lidar com a nova doença e por isso para diminuir os novos números de casos foi concluído que a melhor ferramenta seria o uso de máscaras, isolamento social, ênfase na higienização das mãos e em situação de alta do número de casos recorrer ao fechamento total de estabelecimentos comerciais e instituições de ensino, motivo pelo qual o PNAE precisou se adequar para continuar atendendo de forma continuada as crianças inscritas na rede municipal de ensino com o fornecimento de alimentação adequada e saudável⁴.

Diante do exposto, este estudo tem por objetivo investigar a importância do PNAE na segurança alimentar e nutricional de alunos matriculados em escolas que são abrangidas pelo programa, durante a pandemia, podendo ser instrumento para geração de mais estudos que resultem em benefícios à sociedade e incitação para novas políticas públicas referentes à alimentação, além de reforçar aquelas já existentes.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

Este trabalho tem por objetivo investigar o papel do PNAE na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos estudantes da rede municipal de ensino na cidade de Taubaté/SP durante a pandemia da COVID-19.

2.2 Objetivos específicos

- Conhecer as estratégias adotadas pelo PNAE para fornecimento da alimentação durante a pandemia;
- Conhecer os desafios encontrados para adequação do programa no período;
- Levantar o número de crianças atendidas no período de março de 2020 a dez 2021;

3. REVISÃO DA LITERATURA

3.1 Insegurança Alimentar e Nutricional - (IN) SAN

Entende-se como Segurança Alimentar e Nutricional segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis⁵.

As condições alimentares e nutricionais da população brasileira são pautas que sempre devem estar em monitoramento, essa necessidade foi comprovada pelo número em ascensão de pessoas com insegurança alimentar e em foco as que estão em IA grave, que é quando as pessoas estão no estágio de fome.

Quando se trata de segurança alimentar e nutricional há causas multifatoriais como recortes de gênero, sexo, raça/cor, local de moradia, e escolaridade, tópicos que são responsáveis pela desigualdade social no Brasil. Durante a pandemia, a crise econômica e o assolamento de políticas públicas responsável por minimizar a fome tornaram a desigualdade social, que já era grande, maior ainda. Uma política pública que foi extinta em 1º de janeiro de 2019 foi o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) que é responsável por monitorar e avaliar políticas públicas juntamente com a sociedade para promover o direito humano à alimentação adequada, o que tornou a insegurança alimentar ainda mais discrepante. Juntando fatores como a defasagem de políticas voltadas à alimentação, aumento de desemprego, negacionismo em relação aos problemas climáticos e menor acessibilidade à alimentação segura, a rede Brasileira de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN) viu a necessidade de haver uma nova ferramenta para quantificar a insegurança alimentar durante a pandemia e assim surgiu o II Inquérito Nacional sobre IA no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN).

O II VIGISAN é um inquérito com o objetivo de monitorar mais de perto a condição alimentar e nutricional da população, a pesquisa coletou dados entre novembro de 2021 e abril de 2022 com base na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) que incluiu amostras de 12.745 domicílios⁶. A EBIA é uma escala psicométrica, que utiliza um questionário com 14 questões referentes aos últimos noventa dias que antecedem a entrevista. As respostas obtidas desse questionário atribuem pontos e a partir destes é feita a classificação. A escala mensura a interpretação das famílias em relação a acessibilidade dos alimentos, é dividida em⁷:

Tabela 1 - Classificação dos níveis de insegurança alimentar (IBGE)

Segurança Alimentar (SA)	Acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, e sequer se sentiam na iminência de sofrer restrição no futuro próximo.
Insegurança Alimentar Leve (IA leve)	Preocupação ou incerteza quanto a disponibilidade de alimentos no futuro em quantidade e qualidade adequadas.
Insegurança Alimentar Moderada (IA moderada)	Redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos.
Insegurança Alimentar Grave (IA grave)	Redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre adultos e/ou crianças; e/ou privação de alimentos; fome.

Fonte: IBGE, 2013

Dentre os domicílios entrevistados 41,3%, pela VIGISAN, estavam em SA, 28,0% não tinham certeza em relação à acessibilidade dos alimentos e já havia uma queda na qualidade da alimentação, o que caracteriza IA leve. A restrição na quantidade dos alimentos afetava em 30,1% dos domicílios, dentre eles 15,5% estavam convivendo com a IA grave, passando fome. Ou seja, 125,2 milhões de pessoas entrevistadas estavam em IA e 33 milhões estavam em IA grave. Na região sudeste houve maior porcentagem de SA (45,4%) e houve menos intensidade nas crises sanitária, política e econômica, porém mesmo em

áreas mais desenvolvidas comparando ao I VIGISAN em 2020 com a de 2021 houve aumento de IA no meio rural.

Em suma a II VIGISAN traz a relevância de se gerar informações que mostrem a situação de calamidade de fome do Brasil com o intuito de gerar a adoção de políticas públicas que tem como foco a realidade social frente a Segurança Alimentar e Nutricional⁶.

3.2 Pandemia da COVID-19

A Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada em 31 dezembro de 2019 sobre pessoas que estavam sendo acometidas pela pneumonia na China, na cidade de Wuhan. As autoridades chinesas confirmaram em 7 de janeiro de 2020 tratar-se de uma nova cepa de coronavírus que ainda não havia contaminado humanos antes⁸.

Os coronavírus humanos comumente causam doenças semelhantes a resfriados comuns, porém, o SARS-Cov-2, como foi nomeado em fevereiro de 2020, no primeiro mês na China, deixou 259 óbitos e 11.821 casos, e em janeiro de 2020, a doença já estava em outros países. Ao ter mais de 114 países com casos, a OMS declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e no dia 11 de março de 2020 foi decretada a pandemia.

Em fevereiro de 2020 os primeiros casos foram confirmados no Brasil e o país declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e com isso foram estabelecidas ações no intuito de conter os avanços da doença, entre elas o lockdown. O Ministério da Saúde juntamente às Secretarias Estaduais de Saúde foi e tem sido de grande importância para a compreensão de como a doença se desenvolve no Brasil com levantamento de dados sobre informações de novos contaminados e de óbitos por região afim de ter maior controle da doença com instauração de novas políticas⁹.

O cenário pandêmico pelo qual o mundo estava passando desde 2019 fez com que o processo de tecnologia responsável pela confecção de uma vacina fosse otimizado em tempo recorde¹⁰, e em 17 de janeiro de 2021, foi aprovado o

uso emergencial da vacina CoronaVac pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), a primeira brasileira imunizada contra a Covid-19, foi Monica Calazans, enfermeira do hospital Emílio Ribas de São Paulo. Na época, o Brasil passava pela segunda onda da Covid-19, sendo ela a mais mortal até então. O número de hospitalizados e óbitos aumentou de forma intensa trazendo uma crise aos sistemas de saúde, como ocorreu no município de Manaus/AM onde pessoas contaminadas faleceram por asfixia nos hospitais em janeiro de 2021.

De forma sucessiva as doses de CoronaVac foram produzidas pelo Butantan e distribuídas pelo Programa Nacional de Imunização (PNI) do Ministério da Saúde para os profissionais da saúde, os idosos, indígenas e quilombolas, pessoas com comorbidades e adultos em geral. Em maio de 2021 a vacinação trouxe uma queda de mortalidade, nos idosos com 80 anos ou mais sendo as mortes reduzidas pela metade segundo estudos da Universidade de Pelotas (UFPel)¹¹.

3.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política pública que traz como objetivo alimentar os escolares de instituições de ensino públicas com refeições que dão o suporte nutricional necessário durante o ano letivo com o intuito de desenvolvê-los biopsicossocialmente, além de melhorar o rendimento escolar¹². Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o PNAE é feito com base no censo escolar do ano anterior para avaliar o número de estudantes da educação básica das escolas públicas, o objetivo é estimar a oferta da alimentação e as ações de educação nutricional para o ano corrente. As diretrizes sobre alimentação escolar que norteiam o PNAE segundo o artigo 2º da lei 11.947, de 16 de junho de 2009 são:

I - O emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - A inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de

práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

III - A universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;

IV - A participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;

V - O apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

VI - O direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.

As refeições disponibilizadas pelo programa devem estar em cardápios que são elaborados por nutricionistas e que deverão respeitar a sustentabilidade, as referências nutricionais devem respeitar as faixas etárias, o sexo, a cultura e tradições locais, além dos hábitos alimentares, ponderando também a diversidade agrícola de cada região. Do total de recursos financeiros no mínimo 30% destes devem ser utilizados para o fornecimento de gêneros alimentícios vindos da agricultura e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações dando predileção às comunidades tradicionais indígenas e quilombolas e também aos assentamentos da reforma agrária. A critério do FNDE as escolas que podem participar do PNAE são aquelas consideradas de rede Estadual, Municipal e Distrital e os alunos beneficiados pelo programa são aqueles que estão matriculados em creches, pré-escolas e escolas de ensino fundamental e médio conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. O benefício também abrange os alunos de instituições filantrópicas ou mantidas por elas. A verba é repassada do Governo Federal para o Estadual e Municipal e para escolas federais para cobrir os 200 dias letivos¹³.

A alimentação é um direito social estabelecido pela Constituição Federal no Artigo 6º e a alimentação escolar de escolas públicas é responsável por promover de forma notável a SAN para milhares de alunos no Brasil¹⁴.

A Portaria GM/MS nº188 de 03/02/2020 que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo SARS-Cov-2 15 e conseqüentemente tornou as atividades escolares remotas, fez com que a alimentação dos mais de 40 milhões de estudantes tornasse um desafio. Com o objetivo de não trazer maiores prejuízos a SAN dos escolares o governo federal por meio da Lei nº13.987 de 07/04/2020, regulamentada pela Resolução CD/FNDE nº 02 de 09/04/2020, alterou a legislação do programa, e autorizou durante a suspensão das aulas presenciais, em razão de emergência e calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios aos estudantes e/ou responsáveis e com isso o PNAE começou a entregar cestas básicas e refeições para viagem.

3.4 O PNAE no Município de Taubaté

De acordo com o Censo da Educação Básica de 2020 a região Sudeste detém o maior número de estudantes do país, com 19.428.185 escolares matriculados sendo 15.172.548 na rede pública, o que equivale a 78,10%. Das redes públicas a maioria é de escola municipal (n = 8.351.180) e de área urbana (n=14.560.009). A maior parte dos alunos matriculados em escolas públicas estão no estado de São Paulo com 52,79% dos escolares, em seguida vem Minas Gerais com 25,02%, depois Rio de Janeiro com 16,91% e após o estado do Espírito Santo com 5,28% de estudantes (17).

Na cidade de Taubaté há cento e vinte e seis escolas municipais¹⁷ e a alimentação escolar da rede municipal do município tem como objetivo garantir para os alunos alimentação saudável, variada e segura que respeite a cultura, a fome e os bons hábitos alimentares. Também é valorizado o espaço escolar como um importante local para colaborar com a formação de bons hábitos e como eles serão importantes no decorrer da vida, além de melhorar o desenvolvimento e o rendimento no aprendizado. Ao seguir parâmetros do PNAE os cardápios são acompanhados e elaborados por nutricionistas habilitadas do setor de alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação de Taubaté e a alimentação deve ser completa e balanceada nutricionalmente. Os cardápios têm intuito de abranger as necessidades

nutricionais diárias de no mínimo 20% dos alunos matriculados no Ensino de Jovens e Adultos (EJA), 30% dos alunos em período parcial e 70% das necessidades dos alunos que ficam em período integral na escola. Em relação as unidades escolares com alunos que apresentam alimentação especial por motivos de patologias ou investigação médica, diante laudo médico, o cardápio é adequado às circunstâncias do escolar. Os cardápios utilizados na Rede Municipal de Ensino também passam pela supervisão do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e das Comissões Fiscalizadoras da Alimentação Escolar².

4 MATERIAIS E MÉTODOS

4.1. Tipo do estudo

Trata-se de um estudo observacional analítico transversal.

4.2. Local da pesquisa

A pesquisa foi realizada no Município de Taubaté/SP

4.3. População da pesquisa

Responsáveis pelo setor de alimentação escolar da Secretaria de Educação do Município de Taubaté.

4.3.1. Critério de Inclusão

Responsáveis pelo setor de alimentação escolar da Secretaria de Educação do Município de Taubaté que atuaram durante o período de isolamento social da pandemia da COVID-19.

4.4. Desenvolvimento do estudo

Foi aplicado um questionário semiestruturado exclusivamente para os responsáveis pelo setor de alimentação da Secretaria de Educação do Município de Taubaté/SP que concordaram em participar da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por meio da plataforma *Google Forms*. O questionário tem como objetivo conhecer as estratégias de adequação do PNAE para fornecimento da alimentação escolar durante a pandemia da COVID-19, assim como levantamento de dados fornecidos pelo setor de alimentação da Secretaria de Educação sobre os alimentos que compuseram os kits fornecidos.

4.4.1. Instrumento de coleta de dados

O questionário semiestruturado elaborado pela pesquisadora contém 11 perguntas abertas e tem como objetivo levantar dados sobre como foi elaborada e distribuída as refeições e kits de alimentação para os escolares no período entre abril de 2020 e dezembro de 2021.

O questionário foi aprovado pelo comitê de ética, o mesmo se encontra no apêndice 1 e foi acessado pelo link que está disposto abaixo: <https://docs.google.com/forms/d/1QfVBFmn9s5FN7zMZYL5vh1wDE0SF4sulbW9Y0XwysBY/edit?hl=pt-br&pli=1#responses>

4.5. Análise estatística

A análise foi realizada de forma descritiva.

4.6. Aspectos éticos

A pesquisa respeitou a Resolução nº 510/16 e, para participar do estudo os sujeitos foram devidamente informados e por meio do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE), o qual se encontra no Apêndice 2, concordaram com a pesquisa.

Estudos realizados com seres humanos apresentam riscos e benefícios aos participantes. Como riscos os participantes poderiam se sentir desconfortáveis ao responderem ao questionário ou durante a realização da entrevista, para isso foi garantido ao participante abandonar a qualquer momento a pesquisa, assim como deixar de responder qualquer pergunta ou solicitar que seus dados não fossem utilizados ou mantidos em anonimato. Com relação aos benefícios indiretos em participar do estudo, destaco que a contribuição desta pesquisa poderá ser instrumento para geração de mais estudos que resultem em benefícios à sociedade e incitação para novas políticas públicas referentes à alimentação, além de reforçar aquelas já existentes. O projeto foi aprovado pelo CEP com o CAAE 69266723.9.0000.5501 e número do parecer: 6.208.387.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário foi respondido por indivíduos do setor de alimentação da Secretaria da Educação do município de Taubaté/SP que estiveram presentes no período de fechamento das escolas durante a pandemia da COVID-19.

As perguntas e respostas encontram-se no quadro 1 e serão discutidas e contextualizadas no decorrer deste tópico.

Quadro 1 - Questionário para compreender a importância do PNAE para a segurança alimentar e nutricional (SAN) dos estudantes da rede municipal de ensino da cidade de Taubaté/SP durante a pandemia da covid-19:

Todas as instituições de ensino municipais foram auxiliadas pelo PNAE durante o período de fechamento das escolas ou houve algum requisito para a seleção?	Sim. Todas foram auxiliadas pelo PNAE.
Houve treinamento específico para os colaboradores focado na pandemia da covid-19?	Sim.
Qual tipo de alimentação foi escolhido: kit ou refeição pronta? Ou os dois? Qual teve mais adesão e o que definiu a escolha?	Kit (maior adesão) e refeição pronta (adesão em torno de 15.000/dia - proporcional ao número de alunos em situação de alta vulnerável no município. A escolha visou a praticidade, agilidade em atender os alunos, segurança, economicidade e ajuda as famílias em estado de alta vulnerabilidade.
A elaboração das refeições/kits alimentares foi feita nas dependências da escola? Se não, onde foram feitas?	A elaboração das refeições foi nas dependências das escolas e o kit maior parte do processo da elaboração foi em um ginásio poliesportivo.

<p>Quando começaram e quando terminaram as refeições disponibilizadas para serem consumidas fora das dependências das escolas? O que definiu o início e o fim?</p>	<p>Iniciou em 31/03/2020 (suspensão das aulas presenciais e fechamento do comercio) e finalizou em dezembro/2021 (término definitivo das aulas não presenciais).</p>
<p>Houve controle quantitativo de alunos e/ou responsáveis que foram receber as refeições/kits alimentares? Se sim qual foi a quantidade de alunos que foi assistido pelo PNAE durante esse período?</p>	<p>Houve controle. E todos os alunos matriculados foram atendidos.</p>
<p>A refeição disponibilizada durante a pandemia da covid-19 obteve a aceitação esperada? Foi utilizada alguma ferramenta para saber se havia boa aceitação da alimentação disponibilizada?</p>	<p>Obteve aceitação. Foi realizada pesquisa de satisfação via online.</p>
<p>Quais foram os critérios observados para escolher os alimentos que iriam compor as refeições?</p>	<p>Alimentos nutritivos e que já faziam parte do cardápio da alimentação escolar.</p>
<p>Quantas calorias eram fornecidas por refeição/kit alimentares? Qual parâmetro foi considerado para o cálculo dos macronutrientes?</p>	<p>Considerou-se como base o valor calórico fornecido habitualmente aos estudantes, de acordo com as recomendações do PNAE/FNDE.</p>
<p>A alimentação disponibilizada nesse período pandêmico objetivava auxiliar os alunos matriculados ou considerava também as pessoas que moravam juntamente com eles?</p>	<p>Objetivava auxiliar os alunos matriculados.</p>

<p>No período da pandemia da covid 19 os alimentos da agricultura familiar foram adquiridos? Se sim, quais os alimentos foram adquiridos?</p>	<p>Foram adquiridos alimentos da agricultura familiar - banana prata, laranja ponkan, suco de uva integral em embalagem individual e doce de banana sem açúcar individual.</p>
---	--

Com relação as instituições atendidas no período da pandemia, foi respondido que todas as instituições de ensino municipais inscritas no PNAE foram assistidas quanto há alimentação durante o período de suspensão das aulas presenciais. Devido ao número crescente de contaminados por COVID-19 as aulas presenciais foram suspensas com intuito de evitar um aumento de casos causado por aglomeração e por isso o recurso da alimentação fora da escola teve início em 31 de março de 2020, e seu fim ocorreu em dezembro de 2021, quando houve por definitivo o encerramento das aulas não presenciais, momento em que também já havia vacinação¹² disponível para a população e menor mortalidade em relação aos vírus.

As refeições disponibilizadas nesse período pandêmico tinham como objetivo fornecer a alimentação escolar somente aos alunos matriculados, não levando em consideração as demais pessoas que moravam no mesmo domicílio. Essa ação pode ter contribuído de certa forma para a segurança alimentar do estudante, porém não se garante plenamente, pois não há dados que indiquem se houve ou não a necessidade de divisão desta alimentação no domicílio entre os demais moradores, ou se o estudante consumiu adequadamente a refeição ou o kit disponibilizado pela escola, pois muitos domicílios no período considerado poderiam se encontrar em algum grau de insegurança alimentar. Mesmo não havendo dados concretos sobre a insegurança alimentar na cidade de Taubaté, o número de pessoas em vulnerabilidade social aumentou exponencialmente desde o período de *lockdown*, sendo que em março de 2020 havia 21.733 pessoas no Cadastro Único e em dezembro de 2021, 25.178 pessoas²⁰, sendo que o poder aquisitivo de um indivíduo interfere de forma direta na segurança alimentar.

Inicialmente o método utilizado para disponibilizar a alimentação aos alunos foi o kit, nele consistia alimentos não preparados, onde a adesão das

famílias foi maior e a refeição pronta, retirada no formato marmitex com os lanches individualizados. Para ambos os serviços os colaboradores passaram por treinamento específico. A refeição pronta perdurou por mais tempo e essa escolha foi feita visando a praticidade, agilidade, segurança e economicidade para famílias que poderiam se encontrar em situação de vulnerabilidade social, pois a alimentação sendo fornecida pronta não há necessidade de se ter meios dentro do domicílio para sua preparação, como por exemplo utilização de água, luz e aquisição de gás de cozinha.

A escolha dos alimentos que compuseram as refeições foi baseada no cardápio já pré-existente da alimentação escolar, tendo como referência os valores nutricionais fornecidos habitualmente de acordo com as recomendações do PNAE/FNDE⁴. Durante esse período alimentos vindos da agricultura familiar também foram adquiridos, como normalmente já são, dentre eles a banana prata, a laranja pokan, o suco de uva integral em embalagem individual e doce da banana sem açúcar individual. Esse dado se mostra relevante, pois pequenos produtores também são um grupo de risco para a insegurança alimentar por não terem subsídios do governo para sustentar sua produção em épocas de variações no escoamento, sendo o PNAE um grande aquisitor de seus produtos podendo assim ser um meio de garantir a SAN das famílias produtoras²¹.

Segundo as respostas do setor de alimentação da Secretaria de Educação, os kits foram feitos em um ginásio poliesportivo e as marmitas foram feitas nas dependências das escolas, nas cozinhas de produção, que os alunos eram matriculados.

As marmitas tinham adesão de 15.000 refeições por dia, e mesmo sendo proporcional ao número de alunos em situação vulnerável na cidade, é uma quantidade ínfima se comparada ao número de matriculados em escolas municipais no ano de 2020, dado mais recente, sendo 43.376²² estudantes. Uma das hipóteses levantadas é que, mesmo alunos que tinham a dependência da alimentação oferecida pela escola não conseguiam recolher os kits/marmitas por não terem condições de arcar com os custos de transporte até as dependências de onde estavam sendo distribuídas e também, por se tratar de um vírus recente e que tem uma forma de contágio rápida, alunos e responsáveis podem ter ficado receosos em relação a sair de casa, além de que em território nacional a vacinação iniciou-se em 17 de janeiro de 2021¹². No primeiro ano da pandemia

do coronavírus no Brasil, houve também, 172 mil alunos²³ que evadiram as escolas ou deixaram de frequentá-las, podendo também não terem aderido a alimentação escolar no período estudado.

A refeição disponibilizada durante o fechamento das escolas no período da pandemia obteve a aceitação esperada e foi utilizada para isso uma pesquisa de satisfação online que obteve esse levantamento de dados, porém não foi levado em consideração as famílias que não tinham o recurso necessário para fazer a pesquisa, como falta de esclarecimento tecnológico ou até mesmo a ausência de celular ou internet por parte dos responsáveis ou alunos.

6 CONCLUSÃO

As respostas obtidas pela secretaria da educação de Taubaté levam a acreditar que o PNAE foi um instrumento importante para garantir a segurança alimentar e nutricional durante o tempo de fechamento das escolas por causa da COVID-19. Para obter êxito novas estratégias para a elaboração da alimentação escolar no período de lockdown foram elaboradas, como: novos treinamentos por parte dos colaboradores, uma nova proposta de refeição (kit e marmitas) e também os desafios em relação a observar se seria bem aceita ou não pelos alunos. E embora o dado levantado pelo questionário tenha sido o número de 15.000 refeições ao dia alguns elementos importantes para a obtenção da alimentação e para a pesquisa de satisfação não foram considerados. Como por exemplo não conseguir custear o meio de transporte para a retirada da refeição, não considerar o número de alunos não assíduos ou que realmente são ausentes, e também os receios em sair de casa por ter que lidar com um vírus até então desconhecido. Incluindo a possível escassez de meios de comunicação, internet e esclarecimento na residência de alguns alunos para a pesquisa de satisfação ser amplamente respondida, fazendo assim a experiência nesse período pandêmico ter uma gama maior de dados obtidos.

Ao pensar em possíveis situações que não possibilitaram saber de forma direta como foi retirar a alimentação disponibilizada, deixa-se em aberto um futuro estudo que compreenda melhor como foi a administração do kit e das

marmitas ao chegar na residência dos alunos. Também entender mais profundamente quais eram os meios para chegar até o local de retirada da comida, questão importante para ter dados mais precisos em relação aos alunos em insegurança alimentar.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Conselho Federal de Nutricionistas (CFN). Segurança Alimentar e Nutricional; [Internet]. Brasília. [citado em 6 Mar 2023] Disponível em: URL: <https://www.cfn.org.br/index.php/seguranca-alimentar-e-nutricional/>
2. Benevenuto A, Sousa J, Bandoni D. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19; [Internet]. Rio de Janeiro, 2020. [citado em 6 Mar 2023] Disponível em: URL: <https://www.scielo.br/j/rap/a/3M5gJhkvYCFrvmJKZqZyCYQ/?format=pdf&lang=pt> www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Documento-COVID19-FNDE-PNAE-v2-1.pdf
3. Jaime P. Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição. 1ª ed. Rio de Janeiro. Atheneu, 2019. [citado em 12 Mar 2023]
4. Prefeitura Municipal de Taubaté - Alimentação Escolar de Taubaté; [Internet]. Taubaté. [citado em 6 Mar 2023] Disponível em: URL: <https://taubate.sp.gov.br/novo/alimentacaoescolar/>
5. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. [Internet] Taubaté. [citado em 13 Mar 2023] Disponível em: URL: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/taubate/panorama>
6. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA); Ago 2010. [Internet]. Brasília. [citado em 13 Mar 2023] Disponível em: URL: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.346%2C%20DE%2015,quada%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>
7. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências; Set 2006. [Internet]. Brasília. [citado em 13 Mar 2023] Disponível em: URL: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm

8. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN : relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP : Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022.
9. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Segurança Alimentar Ano; Nov 2013. [PDF]. [citado em 14 Mar 2023]
10. Organização Mundial da Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde. Histórico da Pandemia de Covid-19. [Internet] [citado em 6 Mar 2023] Disponível em: URL: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>
11. Cavalcante JR, Santos AC, Bremm JM, Lobo AP , Macário EM , Oliveira WK, França GV. COVID-19 no Brasil: evolução da epidemia até a semana epidemiológica 20 de 2020. [Internet] [citado em 6 Mar 2023] Disponível em: URL: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742020000400016
12. Fundação Oswaldo Cruz, Vacinação contra a Covid-19 no Brasil completa um ano. 2020. [Internet]. [citado em 6 Mar 2023] Disponível em: URL: <https://portal.fiocruz.br/noticia/vacinacao-contra-covid-19-no-brasil-completa-um-ano>
13. Governo do Estado de São Paulo. Instituto Butantan. Vacinação contra Covid-19 no Brasil completa 1 ano com grande impacto da CoronaVac na redução de hospitalizações e mortes. 2022. [Internet] [citado em 7 Mar 2023] Disponível em: URL: <https://butantan.gov.br/noticias/vacinacao-contra-covid-19-no-brasil-completa-1-ano-com-grande-impacto-da-coronavac-na-reducao-de-hospitalizacoes-e-mortes>
14. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Ministério da Educação; 2020. [Internet] [citado em 4 Mar 2023] Disponível em: URL: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-educacao-alimentar-nutricional>
15. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. [Internet]. [citado em 20 Mar 2023] Disponível em: URL: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm
16. Execução do PNAE durante a pandemia [livro eletrônico] / FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. -- Rio de Janeiro, RJ : UNIRIO, 2021. [Citado em 20 Mar 2023] PDF
17. Ministério da Saúde, portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). [Internet] [citado em 13 Mar 2023] Disponível em: URL

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2020/prt0188_04_02_2020.html

18. Brasil. Lei nº 13.987 de 7 de abril de 2020. [Internet] [citado em 12 Mar 2023]
Disponível em: URL [https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13987&ano=2020&ato=0b6ETQ61EMZpWT52d#:~:text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%2011.947,Escolar%20\(Pnae\)%20aos%20pais%20ou](https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13987&ano=2020&ato=0b6ETQ61EMZpWT52d#:~:text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%2011.947,Escolar%20(Pnae)%20aos%20pais%20ou)
19. Governo do Estado de São Paulo. [Internet] [citado em 19 Mar 2023]
Disponível em: URL http://www.educacao.sp.gov.br/central-de-atendimento/Relat_Escola.asp?ID_DIR=086&ID_MUN=688&ID_DIST=&NM_MUN=TAUBATE&NM_DIST=&CD_ADM=2&Nova=1
20. CECAD 2.0. Cadastro Único.[Internet] [citado em 03 Nov 2023] Disponível em: URL <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#>
21. Moradores do campo também são afetados pela fome no Brasil. [Internet] [citado em 03 Nov 2023] Disponível em: URL <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-03/moradores-do-campo-tambem-sao-afetados-pela-fome-no-brasil>
22. Censo escolar - 2020. [Internet] [citado em 09 Nov 2023] Disponível em: URL <https://qedu.org.br/municipio/3554102-taubate/censo-escolar>
23. Primeiro ano da Pandemia levou 172 mil alunos a deixarem a escola no Brasil. [Internet] [citado em 03 Nov 2023] Disponível em: URL <https://cnnbrasil.com.br/nacional/primeiro-ano-da-pandemia-levou-172-mil-alunos-a-deixarem-a-escola-no-brasil/>

APÊNDICES

Apêndice 1

Questionário para compreender a importância do PNAE para a segurança alimentar e nutricional (SAN) dos estudantes da rede municipal de ensino da cidade de Taubaté/SP durante a pandemia da covid-19:

- 1) Todas as instituições de ensino municipais foram auxiliadas pelo PNAE durante o período de fechamento das escolas ou houve algum requisito para a seleção?
- 2) Houve treinamento específico para os colaboradores focado na pandemia da covid-19?
- 3) Qual tipo de alimentação foi escolhido: kit ou refeição pronta? Ou os dois? Qual teve mais adesão e o que definiu a escolha?
- 4) A elaboração das refeições/kits alimentares foi feita nas dependências da escola? Se não, onde foram feitas?
- 5) Quando começaram e quando terminaram as refeições disponibilizadas para serem consumidas fora das dependências das escolas? O que definiu o início e o fim?
- 6) Houve controle quantitativo de alunos e/ou responsáveis que foram receber as refeições/kits alimentares? Se sim qual foi a quantidade de alunos que foi assistido pelo PNAE durante esse período?

- 7) A refeição disponibilizada durante a pandemia da covid-19 obteve a aceitação esperada? Foi utilizada alguma ferramenta para saber se havia boa aceitação da alimentação disponibilizada?
- 8) Quais foram os critérios observados para escolher os alimentos que iriam compor as refeições?
- 9) Quantas calorias eram fornecidas por refeição/kit alimentares? Qual parâmetro foi considerado para o cálculo dos macronutrientes?
- 10) No período da pandemia da covid 19 os alimentos da agricultura familiar foram adquiridos? Se sim, quais os alimentos foram adquiridos?
- 11) A alimentação disponibilizada nesse período pandêmico objetivava auxiliar os alunos matriculados ou considerava também as pessoas que moravam juntamente com eles?

Apêndice 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar como voluntário (a) da pesquisa “A importância do PNAE para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos estudantes da rede municipal de ensino da cidade de Taubaté/SP, durante a pandemia da COVID19.”, sob a responsabilidade da pesquisadora Michele Gilaberte Ribeiro. A pesquisa tem por objetivo investigar o papel do PNAE na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos estudantes da rede municipal de ensino na cidade de Taubaté/SP durante a pandemia da COVID-19, gerando dados que poderão ser úteis no pensamento de estratégias e planejamento de políticas públicas que tenham impacto na redução das desigualdades econômicas e sociais, visando a garantia e o fortalecimento da SAN no município e a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). A coleta de dados será realizada por meio de um questionário semiestruturado elaborado pela pesquisadora, este será efetivado através do Google Forms e será enviado para os participantes da pesquisa. Para melhor abordar o tema proposto as questões que foram elaboradas irão discorrer sobre as estratégias desenvolvidas pelo município para manter a continuidade da

alimentação escolar, número de crianças atendidas e características dos alimentos distribuídos.

Para assegurar a confidencialidade, a privacidade e a proteção de sua imagem serão adotadas os seguintes procedimentos para manter o sigilo e o anonimato das informações: A pesquisa irá respeitar a Resolução nº 510/16 e, para participar do estudo os indivíduos deverão ser devidamente informados e autorizar por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O senhor(a) não será identificado em nenhuma fase da pesquisa e nem em publicação que possa resultar. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos.

Há benefícios e riscos decorrentes da participação na pesquisa. Como riscos as participantes podem se sentir desconfortáveis ao responderem ao questionário, para isso será garantido ao senhor(a) abandonar a qualquer momento a pesquisa, assim como deixar de responder qualquer pergunta ou solicitar que seus dados não sejam utilizados ou mantidos em anonimato. Com relação aos benefícios em participar do estudo, evidencia-se benefícios indiretos com a contribuição desta pesquisa como instrumento para geração de novos estudos que resultem em benefícios à sociedade e incitação para novas políticas públicas referentes à alimentação, além de reforçar aquelas já existentes.

Caso haja algum dano ao participante será garantido aos mesmos procedimentos que visem à reparação e o direito à indenização.

Para participar deste estudo o senhor(a) não terá nenhum custo, pois será garantido o direito ao ressarcimento de despesas que forem necessárias.

O Sr.(a) não receberá qualquer vantagem financeira. O Sr.(a) receberá mais esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e tem liberdade para recusar-se a ingressar no estudo ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pela pesquisadora.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra será fornecida ao senhor(a).

Rubricas: pesquisador responsável _____ participante _____

Para qualquer outra informação o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, Michele Gilaberte Ribeiro por telefone (12)99634-1890, inclusive por meio de ligação a cobrar.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, o(a) Sr.(a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNITAU na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – centro – Taubaté, telefone (12) 3624-1657, e-mail: cep.unitau@unitau.br.

O pesquisador responsável declara que a pesquisa segue a Resolução CNS 466/12.

Michele Gilaberte Ribeiro

Consentimento pós-informação.

Eu, _____,
portadora do documento de identidade _____ fui informada dos objetivos da pesquisa “A importância do PNAE para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos estudantes da rede municipal de ensino da cidade de Taubaté/SP, durante a pandemia da COVID-19.”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações sobre a pesquisa e me retirar da mesma sem prejuízo ou penalidade. Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de
2023.

